

Capital monopolista, ditadura e Estado no Brasil: o caso da trajetória da construtora Mendes Júnior

Monopolistic capital, dictatorship and State in Brazil: the case of the trajectory of the construction company Mendes Júnior

Pedro Henrique Pedreira Campos

Resumo

O artigo pretende analisar a relação entre capital e Estado no Brasil, problematizando a trajetória da construtora mineira Mendes Júnior, centrando em suas atividades ao longo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1988), período de grande crescimento da empresa. Nossa hipótese é que essa empreiteira constitui um caso emblemático do capital monopolista gestado no Brasil ao longo do século XX, alimentado pelo fundo público e pelo protecionismo estatal implementado pelo regime autoritário. Dessa forma, analisamos o percurso da empresa enfatizando seu processo de crescimento e inserção junto às agências do Estado brasileiro. Concluímos que o processo de expansão da empresa se dá no compasso da afirmação do capital monopolista no Brasil, porém a construtora encontrou dificuldades em meio ao processo de transição política e durante a Nova República no país.

Palavras-chave

Empresariado; Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1988); Fundo Público; Capital Monopolista; Estado.

Abstract

The article intends to analyze the relation between capital and State in Brazil, problematizing the history of the Minas Gerais construction company Mendes Júnior and focusing on its activities throughout the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1988), a period of great growth for the company. Our hypothesis is that this contractor is an emblematic case of the monopoly capital created in Brazil throughout the 20th century, fueled by public funds and state protectionism under the authoritarian regime. Therefore, we analyze the course of the company, emphasizing its process of growth and insertion within the agencies of the Brazilian State. We conclude that the process of expansion of the company kept pace with the affirmation of the monopoly capital in Brazil, but the contractor found difficulties in the process of political transition and during the New Republic in the country.

Keywords

Business; Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985); Public Fund; Monopoly Capital; State.

Introdução

No final da ditadura, o setor da indústria de construção pesada, responsável pelas obras de infraestrutura (estradas, ferrovias, usinas elétricas, portos, aeroportos etc.), possuía um oligopólio formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Mendes Júnior. Essas firmas dominavam os principais contratos do mercado de obras públicas nacionais e tinham um faturamento que equivalia em conjunto a aproximadamente metade de toda a receita das 100 maiores empresas de construção do país naquele momento. Conhecido como "clube da barragem", o quarteto de empresas parecia intransponível e eterno na sua posição de controle dos empreendimentos no setor. No entanto, no início dos anos 1990, a mais internacionalizada dessas companhias, a Mendes Júnior, sofreu um duro golpe e viu figurarem seguidos pedidos de concordata e falência, o que não levou à liquidação da empresa, mas a um vertiginoso processo de decadência que perdurou por duas décadas. Até a deflagração da chamada "Operação Lava-Jato", o mercado de obras públicas no país continuava altamente concentrado em torno das atividades de Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, enquanto que a Mendes Júnior (MJ) amargava uma posição mediana entre as maiores construtoras do país. Para entender esse processo e conhecer um pouco mais a trajetória da empresa mineira de Juiz de Fora – caso emblemático da formação do capital monopolista brasileiro, alimentada pelo fundo público e protecionismo estatal -, apresentamos este artigo, centrado mais no período da ditadura civil-militar brasileira. Para isso, acessamos dados disponibilizados em fontes primárias, como memórias, jornais e, em especial, a revista "O Empreiteiro", que circulava mensalmente durante a ditadura (desde 1968) e trazia várias informações sobre o setor e as suas empresas. O artigo apresenta inicialmente uma pequena reflexão teórica para tentar compreender a ascensão de empresas como a Mendes Júnior, seguida por uma abordagem da trajetória da construtora mineira e, por fim, as considerações finais do texto.

Breves reflexões teóricas – capital monopolista, fundo público e empreiteiras no Brasil

A economia brasileira foi uma das que mais se expandiu durante o século XX, sem romper com as amarras da dependência, mas reforçando e renovando as formas de subordinação que uniam o país aos capitais das potências centrais. Nesse processo complexo e contraditório, a conformação do capitalismo brasileiro encontrou peculiaridades, em particular durante o período da ditadura civil-militar, quando se

alcançou uma forma de acumulação de porte mais maduro, sem que houvesse de fato a superação dos laços de dependência junto aos países centrais. Nesse sentido, Maria Moraes e Guido Mantega destacam, em texto original de 1980:

Nestas últimas duas décadas, as taxas de crescimento da produção foram de causar inveja até mesmo aos admiradores do "milagre" japonês, enquanto o país se transformava num verdadeiro paraíso para o capital estrangeiro. Mas não foram apenas as colossais empresas americanas e alemás que configuraram a "nova potência emergente" do Continente Americano. Ao lado e à sombra dos monopólios estrangeiros forjaram-se grupos monopolistas nacionais que, amplamente escorados na generosidade do Estado, desempenham um papel importante na conformação do capitalismo brasileiro (MORAES e MANTEGA, 1991, p. 83-84).

Dessa forma, a ditadura acabou fortalecendo seletivamente certos nichos e empresas da economia brasileira através de políticas protecionistas e favorecimento, ajudando a consolidar um certo capital monopolista brasileiro, controlado por grupos domésticos. É importante assinalar que vários desses grupos tinham controle familiar, o que não é algo de se estranhar, pois se trata de um perfil comum no capitalismo internacional¹.

Isso foi especificamente verificado no caso das empreiteiras de obras públicas, que – após terem apoiado o golpe de 1964, atuando no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), organismo de perfil empresarial-militar fundamental na derrubada do sistema democrático e do governo Goulart (DREIFUSS, 1981) – foram agraciadas por uma política de reserva de mercado, estabelecida pelo governo Costa e Silva, logo após o AI-5 (CAMARGOS, 1993). Esse impedimento à ação do capital estrangeiro no setor – sob a justificativa de que se tratava de um ramo estratégico da economia – foi combinado com uma majoração dos recursos públicos realizada pela reforma tributária do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e uma política de amplos investimentos estatais tocada desde 1967, expressa em um conjunto inédito de obras de infraestrutura realizadas pelo território nacional, além de uma política habitacional que aqueceu o mercado imobiliário, implementada pelo novo instrumento do governo criado em 1964, o Banco Nacional de Habitação (FONTES, 1986).

¹ Para a importância dos grupos familiares na trajetória do capitalismo, ver Landes (2007). Para um estudo sobre alguns dos grupos empresariais familiares brasileiros, ver Campos e Brandão (2017).

Quando nos referimos ao advento do capital monopolista no segmento doméstico da indústria da construção durante a ditadura, não nos referimos às formas econômicas do monopólio puro. Nesse sentido, vale levar em consideração as anotações de Paul Baran e Paul Sweezy acerca desse conceito, ressaltando que o caso de que estamos tratando está em consonância com a forma a respeito da qual dois autores norte-americanos se referiram:

Em todo este livro, exceto onde o contexto indique claramente que assim não é, usamos a palavra "monopólio" para nos referirmos não só ao caso de um vendedor único de uma mercadoria para a qual não há substitutos, mas também ao caso muito mais comum de "oligopólio", isto é, uns poucos vendedores dominando os mercados para produtos que se substituem uns aos outros de forma mais ou menos satisfatória (BARAN e SWEEZY, 1966, p. 16).

Dessa forma, o assim chamado "capital monopolista" muitas vezes se expressa na realidade na forma de um capital oligopolista de grande porte. E foi com essa configuração que se expressou na economia brasileira no segmento específico da indústria da construção pesada, na qual possuíamos, ao final da ditadura, um oligopólio constituído pelas grandes empresas que dominavam o processo de construção das grandes barragens. Assim, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior correspondiam ao grupo restrito das barrageiras que haviam sido responsáveis por grandes projetos, como a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

As empreiteiras de projetos de infraestrutura têm como peculiaridade, ao menos dadas as configurações históricas específicas do capitalismo brasileiro no período tratado, a de serem alimentadas preponderantemente com recursos públicos. Nesse sentido, usamos a noção de fundo público, que, conforme assinalou Francisco de Oliveira, diz respeito à configuração específica do processo de acumulação capitalista em uma etapa histórica particular durante um período do século XX:

Nas últimas cinco décadas, acelerada e abrangentemente, o que se chama de Welfare State, como consequência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o

pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (OLIVEIRA, 1998, p. 19-20).

Está claro que não tivemos no Brasil um Estado de Bem-Estar Social como ocorreu na Europa Ocidental nos idos da Guerra Fria. No entanto, o Estado varguista correspondeu em alguns aspectos ao *Welfare State* europeu, particularmente no que se refere ao uso do fundo público para financiar o capital e a força de trabalho – essa, de forma precária. Essa forma específica do Estado não foi rompida com o golpe de 1964, mas sim aperfeiçoada no sentido de facilitar e dinamizar o processo de acumulação de capital, proporcionando taxas de lucro mais elevadas para as empresas, com mais violência e repressão junto à classe trabalhadora, incluindo menos gastos sociais direcionados ao atendimento das suas necessidades e reivindicações, em um padrão mais excludente e regressivo (DRAIBE, 1985; MENDONÇA, 1985).

As grandes construtoras brasileiras se consolidaram na forma de grandes grupos econômicos, apropriando-se do fundo público para realizar grandes projetos de infraestrutura. Nesse sentido, Francisco de Oliveira ressalta que o fundo público se tornou um mecanismo "estrutural ao capitalismo contemporâneo" (OLIVEIRA, 1998, p. 23) e que se tornou "decisivo na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista" (OLIVEIRA, 1998, p. 28).

Por fim, para compreender a ação política desses empresários e sua inserção junto ao aparelho de Estado, fazemos uso de uma concepção ampliada de Estado, lastreada nas reflexões de Antonio Gramsci. O autor italiano ressaltou que a separação entre Estado e sociedade é eminentemente metodológica, e não orgânica, de modo que não devemos entender as empresas e a atividade econômica fora do Estado, como é feito na matriz de pensamento liberal (GRAMSCI, 2000; MENDONÇA, 2014). Nesse sentido, para compreender a ação desses empresários no aparelho de Estado durante a ditadura, podemos partir de uma noção de Estado ampliado, percebendo como esses agentes têm, de forma mais isolada ou orgânica, inserção junto ao aparelho de Estado e suas agências ao longo do período. O fato de serem favorecidos pelas políticas estatais no período atesta o pronunciado poder político desses empresários. Estes estavam devidamente organizados em aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil desde antes do advento da ditadura, em organizações que mantinham intensa interlocução junto às agências estatais (CAMPOS, 2014).

Vejamos agora a trajetória da empreiteira Mendes Júnior, enfatizando suas ações junto ao aparelho de Estado, em específico durante o período da ditadura civilmilitar brasileira.

O percurso histórico da empreiteira Mendes Júnior

O setor da construção pesada no Brasil começou a se desenvolver em meados do século XIX, com as obras das primeiras estradas de ferro. Até as décadas de 1930 e 1940, os principais empreendimentos dessa indústria se concentram na conformação de uma infraestrutura de suporte para a economia primário-exportadora, com operações concentradas na construção de ferrovias que ligavam regiões produtoras de gêneros de exportação às cidades costeiras e nas obras portuárias. Com o processo de industrialização, que tomou nova velocidade e forma a partir dos anos 1930, foi criada uma demanda por um novo conjunto de obras, em especial nas áreas de energia e transporte. Com a instituição dos fundos públicos para financiamento da construção de estradas de rodagem (o Fundo Rodoviário Nacional, de 1945) e de usinas hidrelétricas (o Fundo Federal de Eletrificação, de 1954), recursos foram direcionados em grande quantidade para a realização de empreendimentos públicos nessas áreas. Em especial no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), houve a efetivação de vários desses empreendimentos e foi consolidado um mercado nacional de obras públicas, agora com a contratação de empresas predominantemente nacionais. Essas construtoras assumiram o porte de grandes empresas e chegaram ao período da ditadura (1964-1988) com forte poder econômico e político (CHAVES, 1985; CAMPOS, 2014).

Dentre os mercados regionais de formação dessas empresas, Minas Gerais foi o segundo mais importante celeiro de empresas construtoras da história do país, perdendo apenas para São Paulo. Isso se deve às políticas estaduais pioneiras de construção de estradas e de eletrificação implantadas em Minas, em especial a partir da gestão de Juscelino Kubitschek (JK) como governador (1951-1955). Auxiliadas por uma política protecionista às construtoras mineiras por parte dos órgãos contratantes estaduais, entre os quais se destacam o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) e as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), as empreiteiras do estado conseguiram se consolidar como empresas capitalizadas e com experiência nessas obras. Com a chegada de JK à presidência da República, elas foram trazidas para junto dos principais demandantes presentes na esfera da União, que, até então, eram nichos de atuação privilegiada das empresas de

engenharia cariocas. Assim, elas foram promovidas à condição de empresas nacionais, ao atuar em obras como a construção da nova capital federal, a implantação do sistema rodoviário nacional e a participação, mesmo que subordinada, na construção de usinas hidrelétricas. Isso permitiu que, no início da década de 1960, as empresas de Minas constassem entre as principais do país, ao lado das paulistas e, em menor escala, de algumas cariocas, tendo um alcance nacional mais evidente que as oriundas de São Paulo. No final dessa mesma década, elas foram pioneiras no processo de transnacionalização, estabelecendo os primeiros contratos em outros países (FERRAZ FILHO, 1981)².

A história da indústria da construção pesada em Minas Gerais tem como marco fundamental o início do governo estadual de Kubitschek e a formação do consórcio Ajax Rabello para a viabilização do programa de 3.000 quilômetros de rodovias a serem construídos nos cinco anos de seu mandato (no final de seu governo, teriam sido construídos 3.825 quilômetros de estradas). Como as empreiteiras mineiras não tinham o equipamento necessário e como eram muitas as obras, o governo estadual criou um consórcio que utilizava equipamentos da paulista CCBE (Companhia Construtora Brasileira de Estradas), e as empresas do estado não precisavam arcar com concorrências, recebendo cada uma contratos para realização de um trecho de rodovia e uma obra estadual (FERRAZ FILHO, 1981). O consórcio era liderado pela empresa da família Rabello, a Ajax Rabello, na qual começou a trabalhar nos anos 1940 o empresário da construção que seria o mais ligado a Kubitschek, Marco Paulo Rabello. Ele acabou por ser o principal empreiteiro mineiro nos anos 1950 e 1960 e um dos líderes do setor no país, tendo sido presidente do Sindicato Nacional da Construção Pesada, o Sinicon.

O estado de Minas Gerais viu nascerem importantes empresas de engenharia que tiveram projeção nacional, como a Barbosa Mello, a Alcindo Vieira-Convap (duas empresas separadas, que se juntaram no início dos anos 1970), a própria Rabello e a poderosa Andrade Gutierrez (AG). Durante a ditadura, no entanto, nenhuma delas conseguiu o sucesso internacional que teve a Mendes Júnior. O fundador dessa empresa é nascido em Juiz de Fora e formado em Engenharia na universidade local, em 1921. Passou então a trabalhar na Estrada de Ferro Central do Brasil, indo em 1926 para a Secretaria de Agricultura e Viação de Minas Gerais. O trânsito aparelho de Estado-empresa marcou a trajetória de José Mendes Júnior, que "pouco depois, deixava o emprego público para constituir firma particular de

-

² Sobre a construção de Brasília, ver Lopes (1996).

construção de estradas, tendo executado diversos serviços para o governo estadual" (O EMPREITEIRO, 1972b, p. 12). A companhia fundada foi a Construtora de Estradas Ltda., datada de 1942 e que, desmembrada em duas, deu origem à construtora José Mendes Júnior Ltda, de 1953, que se tornou sociedade anônima dois anos depois. Apesar da abertura parcial de capital, é importante frisar que a construtora se manteve, ao longo de sua trajetória, como um grupo familiar, com o controle acionário sob domínio dos Mendes Júnior e, inclusive, sempre sob a liderança de alguém da família e com vários dos seus integrantes compondo o quadro de funcionários e diretores do grupo (OS PASSOS..., 1973). A nova empresa participou de diversas obras contratadas pelo DER-MG e, na gestão federal de Kubitschek, empenhou-se na construção da nova capital federal. Tendo muitas relações junto ao círculo de JK, a Mendes Júnior conseguiu participar do processo de construção de Furnas. José Mendes Júnior era bastante próximo de Israel Pinheiro, presidente da Novacap, a empresa pública responsável pela contratação das obras da nova capital federal, e, posteriormente, governador de Minas Gerais. Segundo a memória da empresa: "Através desse projeto, a MJ mudou a visão de que apenas as grandes construtoras estrangeiras eram capazes de executar obras daquele porte, abrindo caminho para outras empresas de engenharia do Brasil" (MENDES JÚNIOR, c2013). Apesar do que esse texto pode sugerir, a empresa não foi responsável pela construção da usina, mas apenas por serviços auxiliares às firmas estrangeiras que fizeram a obra. De qualquer forma, a atuação junto a essas empreiteiras permitiu à MJ adquirir conhecimento e experiência para construir hidrelétricas posteriormente (O EMPREITEIRO, 1972b; PAULA, 2000).

As conexões junto ao aparelho de Estado do governo mineiro permitiram à empresa uma forte aproximação com a Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais)³ e Furnas. Assim, a Mendes Júnior foi responsável por diversas usinas realizadas pelas duas empresas estatais e, com isso, tornou-se a terceira construtora de hidrelétrica do país no período entre 1960 e 1973, atrás apenas da Camargo Corrêa e da Servix (FERRAZ FILHO, 1981). Contando, porém, o período da ditadura e o porte das usinas realizadas, a MJ é seguramente a segunda mais importante construtora barrageira nacional, tendo realizado boa parte da capacidade instalada hidrelétrica

³ Representativo disso é o fato de Murillo Mendes, filho de José Mendes Júnior, ter estudado Engenharia na UFMG, onde foi colega de Francisco Noronha, futuro diretor e presidente da Cemig, e ter dedicado seu livro a, dentre outros, Lucas Lopes, John Cotrim e Mário Bhering, dirigentes da estatal mineira de energia. Ver Attuch e Mendes (2004).

brasileira, o que fez com que ela fosse escolhida para erguer Itaipu, junto com Cetenco, CBPO (Companhia Brasileira de Projetos e Obras), Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (LIMA, 2004).

Quadro 1 – Algumas usinas hidrelétricas no Brasil construídas pela Mendes Júnior

Usina	Contratante	Data da obra	Rio	Estado
Rio da Casca	Cemat	Antes de 1970	Rio da Casca	Mato Grosso
Boa Esperança	Chesf	1964-1970	Rio Parnaíba	Piauí
Cachoeira Dourada	Celg	1971	Paranaíba	Goiás
Jaguara	Cemig	1971	Rio Grande	MG/SP
Volta Grande	Cemig	1974	Rio Grande	MG/SP
Marimbondo	Furnas	1971-1977	Rio Grande	MG/SP
Moxotó (Apolônio Sales)	Chesf	1971-1977	São Francisco	Alagoas
Itumbiara	Furnas	1974-1980	Parnaíba	MG/GO
Itaipu	Itaipu	1974-1985	Rio Paraná	PR/Paraguai
Itaparica (Luiz Gonzaga)	Chesf	1979-1988	São Francisco	Pernambuco
Taquaruçu (Poli-USP)	Cesp	1980-1994	Paranapanema	São Paulo

Fonte: Adaptado de O Empreiteiro (1982a e 1970c); Mendes Júnior (c2013); CEMIG (2012); ELETROBRAS (c2017); CESP (c2009).

No quadro, vê-se como a Mendes Júnior teve intensa atividade nas obras de hidrelétricas na década de 1970, sendo responsável pela construção de boa parte da potência instalada elétrica nacional. Algumas dessas obras foram divididas com outras empresas, como a hidrelétrica de Cachoeira Dourada, feita com a também mineira Convap, e Itaipu, feita com as maiores barrageiras do país: Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Cetenco e CBPO. É possível perceber através do quadro também que a empresa teve boa parte de seus empreendimentos em Minas Gerais, tendo como contratante, sobretudo, a Cemig e autarquias federais do grupo Eletrobrás, como a Chesf (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco) e Furnas, empresa na qual a empreiteira mineira teve inserção desde seu surgimento, em 1957. A construtora não tinha a mesma sorte com companhias de energia como Cesp (Companhia Elétrica de São Paulo) e Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), mais ligadas, respectivamente, às empreiteiras paulistas e paranaenses.

Outro cliente especial da Mendes Júnior foi a Petrobrás, para quem a empreiteira mineira realizou um total de cinco refinarias e sete plataformas, dentre outras encomendas. A MJ foi uma das pioneiras na construção de plataformas de petróleo dentre as construtoras nacionais, associando-se a outras empresas do ramo de montagem industrial, como Tenenge e Montreal. A empreiteira se orgulhava de

afirmar que era conhecida também por entregar obras antes do prazo estipulado, como um trecho da Transamazônica, que ficou pronto em 11 meses, seis meses antes do estabelecido no contrato (O EMPREITEIRO, 1972b), sendo que caso similar ocorreria também em uma rodovia na Mauritânia (FERRAZ FILHO, 1981).

A ponte política entre o governo mineiro e a figura de JK com a ditadura e os militares foi realizada com sucesso pela empresa, não tendo ela os mesmos problemas encontrados pela Rabello, que entrou em profunda decadência após o golpe de 1964. Para ajudar na efetivação dessa transição, a empreiteira contratou um militar para o seu quadro funcional, o general Arthur Moura, que trabalhava na firma em 1972 e tinha sido adido militar nos Estados Unidos (GASPARI, 2004). A Mendes Júnior também conseguiu estabelecer uma forte relação com o principal líder dos empreiteiros na ditadura, o coronel Mário David Andreazza, cuja gestão como ministro dos Transportes (1967-1974) foi marcada por diversos contratos das autarquias do ministério a cargo da Mendes Júnior. Assim, a MJ foi a principal empreiteira brasileira empenhada na Transamazônica, sendo responsável por 2,5 trechos dos oito lotes da rodovia, em um total de 580 km da estrada apenas a cargo da companhia mineira4. Participou ainda da construção da Ponte Rio-Niterói, da Perimetral Norte, da Rodovia Rio-Santos, Belém-Brasília, trecho da Rodovia dos Imigrantes, da duplicação da São Paulo-Curitiba, ampliação dos portos de Rio Grande, Paranaguá e Santos, dentre outras (O EMPREITEIRO, 1970b e 1971; OS PASSOS..., 1973). Com isso, o faturamento da empresa teve crescimento médio de 26% ao ano entre 1964 e 1973. A aproximação com o Ministro dos Transportes de Costa e Silva e de Médici era tão forte que a empresa foi uma das patrocinadoras da edição da revista "O Empreiteiro" que homenageava Andreazza. Na publicação, que escolhia o Ministro como o homem de construção do ano de 1973, a empresa estampou a seguinte propaganda: "A Mendes Júnior homenageia o homem de construção do ano à sua maneira. Construindo." (O EMPREITEIRO, 1974b, p. 26). Depois, quando da pré-candidatura de Andreazza à Presidência da República e do lançamento de seu mais ambicioso projeto, o Nordestão, que previa a transposição das águas do rio São Francisco para o semiárido nordestino, a Mendes Júnior conseguiu obter um trecho dos trabalhos prévios da obra (O EMPREITEIRO, 1985a).

⁴ Murillo Mendes alega que a Mendes Júnior realizou 646 dos 1.242 km da rodovia (ATTUCH e MENDES, 2004).

Nem só de vitórias foi marcada a trajetória da Mendes Júnior ao longo dos anos 70. Houve também polêmicas, como foi o caso da obra da usina hidrelétrica de São Simão. Nesse empreendimento, demandado pela Cemig, a Mendes Júnior despontava como franca favorita para a construção, tendo em vista a sua experiência técnica, bem como sua força política junto à estatal mineira de energia elétrica. No entanto, mesmo mais competitiva do que a concorrente, a MJ perdeu a obra para um consórcio formado pela paranaense CR Almeida com a italiana Impregilo. Essa empresa fazia parte do grupo Fiat e sua escolha para fazer a obra foi denunciada como parte de um acordo que envolvia também a instalação da fábrica da montadora de automóveis no estado de Minas Gerais, na cidade de Betim (RAUTENBERG, 2011; OS PASSOS..., 1973).

Ao longo da ditadura, a MJ ficou ainda responsável pelas obras dos metrôs das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, do aeroporto de Confins, em Minas Gerais, junto com a Andrade Gutierrez, de trecho da Ferrovia do Aço, hidrelétrica para a Chesf⁵ e outras tantas obras que colocaram a empresa entre as três maiores do país em oito dos 13 anos em que a revista "O Empreiteiro" fez a pesquisa das 100 maiores companhias da construção pesada, sendo que, com os seus contratos no exterior, a Mendes Júnior foi apontada como a empreiteira brasileira com maior faturamento em 1984. É o que se vê no gráfico a seguir:

⁵ Na UHE de Itaparica, a Mendes Júnior acionou a justiça, alegando não ter recebido os pagamentos em dia e cobrando altas indenizações, em processo que se prolonga por décadas (ATTUCH e MENDES, 2004).

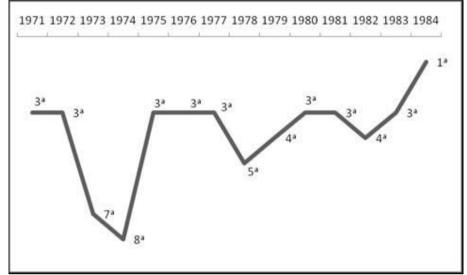


Gráfico 1 – Posição da Mendes Júnior dentre as construtoras brasileiras durante a ditadura

Fonte: Adaptado de O Empreiteiro (1985a, 1984, 1983b, 1982a, 1981c, 1980, 1979, 1978a, 1977, 1976a, 1975b, 1974a, 1973 e 1972a).

Como se vê no gráfico acima, a Mendes Júnior constou como uma das dez maiores empreiteiras do país ao longo de toda a ditadura, pelo menos desde que a listagem de "O Empreiteiro" foi feita. E em apenas duas ocasiões ela não fez parte das cinco maiores empresas de engenharia do país.

Esse desempenho fez com que a família controladora da empresa recebesse diversas premiações. Em 1969, José Mendes Júnior foi agraciado pelo governo mineiro com o título de engenheiro do ano, em decisão conjunta tomada pela Sociedade Mineira de Engenharia (SME), Escola de Engenharia da UFMG, Secretaria de Viação de Minas Gerais e DER-MG, levando o fundador da MJ a receber a medalha Cristiano Otoni (O EMPREITEIRO, 1970a). Já em 1975, foi a vez de Murillo Mendes, filho de José e novo executivo à frente da empresa, receber homenagem da revista, com o título de homem de construção daquele ano (O EMPREITEIRO, 1976a).

A Mendes Júnior desenvolveu um rico processo de ramificação. Além de atuar na exploração de florestas, caulim, produção de torres de linhas de transmissão, montagem eletromecânica, mineração, empreendimentos imobiliários e no ramo de eucalipto e papel, no projeto Jarí, o maior empreendimento da família Mendes fora do setor da construção foi a siderúrgica Mendes Júnior, inaugurada em 1984 em Juiz de Fora (O EMPREITEIRO, 1975a). Além disso, em 1986, a empresa adquiriu por US\$ 10 milhões a subsidiária da empreiteira norte-americana Morrisen Knudsen no Brasil e, em 1987, o grupo MJ foi apontado como o segundo maior privado nacional do país pela revista "Exame" (O EMPREITEIRO, 1975a; ATTUCH e MENDES, 2004). Apesar do seu porte e alto grau de diversificação de atividades, o que mais chama a atenção na trajetória da Mendes Júnior é o seu extenso processo de transnacionalização⁶.

A tentativa inicial de obtenção de uma obra no exterior por parte da empresa de José Mendes Júnior ocorreu em 1966, quando a construtora tentou sem sucesso um contrato na Argentina. A primeira obra obtida pela firma mineira no exterior foi uma das primeiras conseguidas por uma empreiteira brasileira fora do país, a hidrelétrica de Santa Izabel, na Bolívia, iniciada em 1969. A usina foi realizada na região de Cochabamba, região de guerrilhas lideradas até 1967 por Ernesto Guevara, sendo que a obra obteve financiamento norte-americano (ATTUCH e MENDES, 2004; CAMPOS, 2014). No mesmo ano em que a construtora firmou essa obra, ela criou internamente um departamento internacional e, em 1974, criou uma subsidiária no exterior (CAMARGOS, 1993). Depois dessa obra, ao longo dos anos 1970 e 1980, a MJ chegou à Mauritânia, Argélia, Uruguai, Colômbia, Iraque, Nigéria, Equador e, depois, Chile e China, além de tentativas em Portugal, Marrocos e outros países. Para administrar os contratos no exterior, que chegaram a um total de 24 até 1985 e que somavam US\$ 2,7 bilhões, a empresa criou em dezembro de 1974 a subsidiária MJ Internacional, com sede nas ilhas Cayman. O volume de obras no exterior, especialmente os bilionários contratos estabelecidos no Iraque, fizeram com que a empresa constasse como uma das 15 maiores multinacionais de engenharia do globo entre 1979 e 1982, chegando à 13ª posição em 1980, com 50% de seu faturamento oriundo de obras realizadas fora do país (ATTUCH, 2003; O EMPREITEIRO, 1975a, 1976b, 1978b, 1981b, 1982a, 1982b, 1982c, 1983c e 1985a).

⁶ Não problematizaremos neste texto o processo de transnacionalização em termos teóricos e conceituais. Para isso, ver, dentre outros, Ferraz Filho (1981) e Costa (2011).

Obra País Período da obra Valor do contrato UHE Santa Izabel Bolívia 1969-1973 US\$ 5,5 milhões Rodovia Nouakchott-Kiffa — Mauritânia 1975-1979 US\$ 106 milhões Rodovia Boutilinit-Kiffa US\$ 8,5 milhões Mauritânia ...-1980 Aeroporto de Nema 1978-1979 US\$ 8,1 milhões Mauritânia Rodovia Timbedra Nema Mauritânia ...-1984 US\$ 33 milhões Rodovia Nouakchott-Kiffa (2° tr.) Mauritânia ...-1987 US\$ 130 milhões **UHE** Palmar 1977-... US\$ 275 milhões Uruguai 1976-1978 US\$ 4,1 milhões Túneis na UHE S. Carlos Colômbia Trabalhos na UHE S. Carlos Colômbia Barragem e estrada Colômbia Colômbia ...-1982 US\$ 16,8 milhões Viadutos em Bogotá **UHE Las Playas** Colômbia US\$ 70 milhões Duas subestações de energia Colômbia Rodovia ruta 5 Paraguai 1983-1986 US\$ 21.4 milhões US\$ 1,2 bilhão Ferrovia Bagdá-Akshat Iraque 1978-1985 Rodovia Expressway Iraque 1981-1986 US\$ 280 milhões Ferrovia De Heet Iraque ...-1982 US\$ 65 milhões Cerca para ferrovia Iraque Década de 1980 Ramal Iraque ...-1984 US\$ 65 milhões Fábrica de cimento Década de 1980 Iraque

Quadro 2 – Alguns contratos da Mendes Júnior estabelecidos no exterior:

Fonte: Adaptado de Mendes Júnior (c2013), Ferraz Filho (1981); O Empreiteiro (1985a, 1983a, 1983d e 1981a). Não conseguimos através das fontes consultadas obter as informações que estão ausentes no quadro.

1984-...

Iraque

Proieto Sifão

Apesar de não termos os dados completos sobre a data e o valor dessas obras, todas foram feitas durante a ditadura, em especial nos anos 1970 e 1980, algumas terminando na segunda metade dessa década. Mesmo com a decadência da empresa nos anos 1990, sua internacionalização teve prosseguimento, malgrado o menor fôlego. Assim, na década de 1990, a Mendes Júnior chegou ao Chile, arrematando obras minerais, do metrô de Santiago e de indústrias locais. Depois disso, a empreiteira mineira passou a fazer também pequenos serviços na China (MENDES JÚNIOR, c2013).

Dentre os diversos países nos quais a MJ mantinha contratos, o caso mais interessante, tanto pelo fato de ser o país onde a empreiteira mineira mais atuou (superando inclusive o seu faturamento no Brasil em alguns anos), como pelo fato de suas atividades locais se relacionarem à política externa brasileira, foi o Iraque. Um

dos principais parceiros comerciais do Brasil em meados da década de 70 até o final dos anos 80, o Iraque se tornou o principal fornecedor de petróleo iraquiano, recebendo em troca, muitas vezes, outras formas de pagamento que não os dólares, escassos naquele momento no Brasil. Assim, a Petrobrás fez um arranjo no qual tomava petróleo do país e pagava em moeda nacional às empresas brasileiras que exportavam produtos e serviços para o Iraque. Essa modalidade de barter trade envolveu, por exemplo, a Volkswagen do Brasil, que estabeleceu no período o maior contrato para exportação de automóveis já assinado no mundo até então, no valor de US\$ 1,7 bilhão, correspondente a 175 mil Passats e autopeças. Houve também exportação de produtos primários, armas, equipamentos militares e serviços de engenharia, através da Mendes Júnior. Essa empresa passou a cumprir uma importante posição na relação entre os dois países a partir do momento em que venceu a concorrência internacional no valor de US\$ 1,2 bilhão para construção da ferrovia Bagdá-Akashat, em 1978. O ministro Delfim Netto afirmou o seguinte sobre a relação Brasil-Iraque:

Não só eu, mas vários ministros estiveram no Iraque para preservar as boas relações com o governo de Saddam Hussein. Essa relação, é importante dizer, tinha como fundação, como um dos pilares principais, a Mendes Júnior. O que Saddam não queria permitir era a interrupção das obras de construção da infra-estrutura do país. Ele estava modernizando o Iraque. A Mendes, que era o cartão de visitas do Brasil no Oriente Médio, ajudava a sustentar a importação de petróleo (ATTUCH, 2003, p. 112).

No mesmo sentido, o ex-presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, afirmou que a empreiteira "[e]ra quase um instrumento do governo" (ATTUCH, 2003, p. 25). E também outro presidente da estatal brasileira, Armando Guedes: "A Mendes Júnior, por exemplo, era uma espécie de embaixadora do País no Oriente Médio. Numa certa altura, não se fazia nada no Iraque sem que o setor de engenharia da Mendes não fosse consultado" (ATTUCH, 2003, p. 139).

O próprio presidente da República, João Baptista Figueiredo, em 1982, enviou carta advogando na causa da empresa brasileira, ao "grande e bom amigo" Saddam Hussein:

[...] desejo apresentar-lhe a idéia de que a implementação dos projetos das ferrovias Bagdá-Kut-Nassiriah, Basra-Um Qasr e do anel ferroviário de Bagdá sejam objeto de tratamento bilateral entre os governos do Brasil e do Iraque, de maneira a firmar-se – nos planos comercial, industrial e tecnológico – o caráter de complementação das duas economias (ATTUCH, 2003, p. 16).

A Mendes Júnior era a empresa que concorria à construção dessa estrada de ferro e o presidente Figueiredo atuou em defesa da companhia brasileira, tal como faria em outro episódio envolvendo empreiteiras nacionais, no caso a Camargo Corrêa e a Cetenco, com problemas na construção da hidrelétrica de Guri, na Venezuela. A empresa foi também acusada de participar de transporte de material nuclear do Brasil para o Iraque, em denúncia realizada pela revista "Veja" que veio à tona em 1980 (CAMPOS, 2010).

O processo de exportação dos serviços de engenharia se incrementou mesmo durante o auge das demandas do mercado doméstico, durante o chamado "milagre" brasileiro, e se direcionou aos países produtores de petróleo a partir da segunda metade da década de 1970. Esses países, sem dotar de grandes firmas de construção pesada, abriram concorrências internacionais para construção de grandes obras de infraestrutura de alto valor. Por isso, viraram o principal alvo das construtoras do Brasil e de todo o mundo no período. Esses contratos foram os de maior valor dentre os assinados por empresas brasileiras de construção no exterior, e diversas obras foram realizadas em países como Argélia, Iraque, Angola e Venezuela. Em termos numéricos, os países da América do Sul, no entanto, continham mais obras realizadas pelas firmas brasileiras do que esses países (FERRAZ FILHO, 1981; CAMPOS, 2010).

Essas empreiteiras passaram a demandar uma política favorável às suas incursões fora do país. Eduardo Celestino Rodrigues, presidente da empresa Cetenco e do Instituto de Engenharia de São Paulo, enviou no início dos anos 70 um memorial ao ministro Delfim Netto pedindo uma série de medidas de apoio às exportações de serviços de engenharia, dentre as quais a primeira se referia ao financiamento público das obras. A resposta governamental foi favorável, e foi criada uma linha de crédito através da Cacex-BB para financiar até 90% do valor das obras de empresas brasileiras de construção no exterior, com foco especial sobre a América do Sul, onde os governos locais não dispunham de recursos para financiamento dos empreendimentos, havendo também a disponibilização, pelo Estado, do seguro da

obra através do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Além disso, em 1975, o governo editou um decreto-lei que estimulava a internacionalização das empreiteiras, dando-lhes direito de reduzir de seu lucro tributável os resultados obtidos com a venda de serviços no exterior. As empreiteiras com atividades fora do Brasil também se organizaram em sua própria associação, o Conselho Nacional de Exportação de Serviços de Engenharia (Conese) e passariam a integrar a AEB (Associação de Exportadores do Brasil), formando ali o Fórum de Exportação de Serviços de Engenharia, no âmbito da Coordenação de Exportação de Serviços da entidade (CAMPOS, 2010; AEB, 2010).

Além desses benefícios, muitos acordos bilaterais realizados a partir do governo Geisel incluíam obras realizadas pelas empreiteiras brasileiras, sendo muitas vezes feitas por convite, sem concorrências. O Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre Brasil e Uruguai, assinado em junho de 1975, incluía a construção da usina hidrelétrica de Palmar, que ficou a cargo da Mendes Júnior (SCHILLING, 1981; CAMPOS, 2010). Da mesma forma, o protocolo comercial estabelecido entre o Brasil e a Mauritânia possibilitou a construção da rodovia Transmauritânia no país, também pela Mendes Júnior a partir de 1976 (FRAGOSO, 1984; CAMPOS, 2010).

O motivo para a liderança da empresa no Brasil também foi a causa de sua ruína. Em 1990, a Mendes Júnior dispunha de diversas obras no Iraque, contando com pessoal e equipamentos no país, onde tinha tido problemas de pagamento ao longo da guerra Irã-Iraque e onde tinha pagamentos a receber. Quando da eclosão da guerra do Golfo, a empresa tirou seu pessoal do país a partir de acordo com o regime de Saddam Hussein de que não cobraria nada do governo iraquiano posteriormente. A empresa passou a exigir do Banco do Brasil (BB), que financiara parcialmente as obras, e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), que as garantira, o que deveria receber. O IRB negou existência do sinistro e, após diversas idas e vindas na Justiça, o governo Fernando Henrique Cardoso mandou o BB executar judicialmente a empresa em 1995. Após essa decisão, a empresa encarou 300 pedidos de falência, mas continuou sua briga nos tribunais, não mais tomando parte como uma das maiores empreiteiras do país (ATTUCH, 2003).

Para reforçar a ruína da empresa, a Mendes Júnior foi citada em investigação contra Paulo Maluf como uma das empreiteiras que teria transferido dinheiro para as contas do político paulista no exterior nos anos 90 (AGÊNCIA ESTADO, 2009). Além disso, em 2007, um escândalo político relacionou a empreiteira ao senador Renan Calheiros, com denúncias de que a empresa teria pagado contas do político alagoano (LOBISTA..., 2007). Por fim, nas investigações levadas a cabo desde

meados da segunda década do século XXI, o nome da companhia também tem sido arrolado frequentemente nas denúncias envolvendo pagamento de propinas e acertos prévios em licitações (PEREIRA, 2016).

Conclusões

A trajetória da Mendes Júnior é emblemática de uma marca do setor de construção pesada e, de certa forma, de todo o empresariado brasileiro. A empresa cresceu se apropriando do fundo público e constituindo um dos grandes grupos representativos do capital monopolista brasileiro. O patrimônio da empresa e sua liderança nas obras de engenharia foram construídos muito por conta da inserção estabelecida junto a agências do aparelho de Estado e de sua adequação a diferentes contextos políticos da história do país, como os governos Kubitschek e Médici. Dessa forma, é importante sinalizar que a Mendes Júnior apoiou a ditadura, elogiou o regime e foi altamente beneficiada pelas políticas implementadas naquele período. No entanto, a correlação de forças no Estado brasileiro se modificou na transição da década de 1980 para os anos 1990 e o atrofiamento do mercado de obras públicas fez com que houvesse um esforço por parte das outras mega-empreiteiras brasileiras no sentido de reduzir o grupo composto pelas construtoras de grande porte no país. Murillo Mendes, em sua memória, denuncia que os rivais ajudaram a fragilizar a situação das empresas em seus embates com a justiça e as agências estatais (ATTUCH e MENDES, 2004).

Assim, essa flexibilidade e capacidade de adequação da firma a uma nova conjuntura não tiveram o mesmo sucesso na Nova República e no período de domínio do neoliberalismo nas políticas estatais do país. Além de ter sido derrotada na justiça e nas decisões tomadas pelos governantes no que concerne ao que a empresa pleiteava receber do governo brasileiro após sua saída do Iraque, a Mendes Júnior não obteve o mesmo sucesso que outras empresas do setor no movimento realizado por grandes empreiteiras na década de 1990. Enquanto construtoras arrematavam fatias de empresas estatais nos processos de privatização e de concessões públicas, como a cobrança de pedágios em rodovias, a Mendes Júnior viu suas atividades ficarem limitadas mais à construção civil, setor que não dispunha mais do mesmo dinamismo que teve nos anos 1970 e que também não respondia com as mesmas margens de lucro daquele período. A empresa chegou a criar uma nova firma, a Mendes Júnior Trading, que não contava com o nome sujo e a impossibilidade de participar de concorrências públicas como a empresa original após os pedidos de

concordata e falência. Dessa forma, a Mendes Júnior se reduziu à condição de uma empreiteira mediana e viu suas antigas rivais Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa — que com a MJ, constituíam o grupo das chamadas "Quatro Irmãs" — se tornarem poderosos conglomerados econômicos, com tentáculos que vão muito além do setor construtor, além de terem se tornado as "Três Irmãs" da construção pesada brasileira, que prevaleceram assim até o desenlace da Operação Lava-Jato.

Pedro Henrique Pedreira Campos é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: phpcampos@yahoo.com.br.

Referências

- AGÊNCIA ESTADO. Força-tarefa do caso Maluf diz ter rastreado propina: Valores atualizados somam US\$ 22 milhões, supostamente convertidos em ações da Eucatex. *Estadão*, 5 ago. 2009. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,forca-tarefa-do-caso-maluf-diz-ter-rastreado-propina,413889>. Acesso em: 5 ago. 2009.
- ASSOCIAÇÃO DE EXPORTADORES DO BRASIL (AEB). Portal eletrônico. Disponível em: http://www.aeb.org.br/historia. Acesso em: 12 out. 2010.
- ATTUCH, Leonardo. Saddam, amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- ATTUCH, Leonardo; MENDES, Murillo Valle. *Quebra de contrato*: o pesadelo dos brasileiros. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *O capitalismo monopolista*: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e empreiteiros no Brasil*: uma análise setorial. 1993. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civilmilitar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
- _____. A transnacionalização das empreiteiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *Contra a Corrente*: revista marxista de teoria, política e história contemporânea, ano 2, n. 3, p. 70-77, 2010.

- CHAVES, Marilena. *A indústria de construção no Brasil*: desenvolvimento, estrutura e dinâmica. 1985. 281f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) Programa de Pós-Graduação em Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). Memória CEMIG. *Portal CEMIG*. 2012. Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 28 jan. 2009.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). *Usinas*, c2009. Disponível em: http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa_UsinaEclusa?OpenDocument&Menu=5%20-%20menu_lateral@@002_004>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- COSTA, Armando Dalla (Org.). *Internacionalização de Empresas Brasileiras*: teoria e experiências. Curitiba: Juruá, 2011.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ELETROBRAS. História. *Portal Eletrobras*, c2017. Disponível em: https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 26 jan. 2009.
- FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. A transnacionalização da grande engenharia brasileira. 1981. 327f. Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- FONTES, Virgínia. Rupturas e continuidades na política habitacional brasileira, 1920-1979. 1986. 265f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Notas sobre a política externa brasileira nos anos 50-70. Estudos Afroasiáticos, v. 7, n. 10, p. 41-53, 1984.
- GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- LANDES, David S. *Dinastias*: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- LIMA, Ivone Therezinha Carletto de. *Itaipu*: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento, 1930-1984. 2004. 443f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- LOBISTA paga contas de Renan, diz revista: Segundo "Veja", contas foram pagas por representante da construtora Mnedes Júnior. Em nota, empresa nega. Renan diz que dinheiro era dele. G1, 25 maio 2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL42044-5601,00-LOBISTA+PAGA+CONTAS+DE+RENAN+DIZ+REVISTA.html. Acesso em: 25 maio 2007.
- LOPES, Luís Carlos. *Brasília*: o enigma da esfinge; a construção e os bastidores do poder. Porto Alegre: Edufrgs, 1996.
- MENDES JÚNIOR. História. *Portal Mendes Junior*, c2013. Disponível em: http://www2.mendesjunior.com.br/Paginas/Historia.aspx/. Acesso em: 26 jun. 2019.

66 | Pedro Henrique Pedreira Campos

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. Marx e
Marxismo, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2014.
Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
MORAES, Maria; MANTEGA, Guido. Acumulação monopolista e crises no Brasil. 2. ed. Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1980].
O EMPREITEIRO. n. 212, jul. 1985a.
n. 210, maio 1985b.
n. 200, jul. 1984.
n. 193, dez. 1983a.
n. 188, jul. 1983b.
n. 184, mar. 1983c.
n. 182, jan. 1983d.
n. 176, jul. 1982a.
n. 173, abr. 1982b.
n. 172, mar. 1982c.
n. 169, dez. 1981a.
n. 165, set. 1981b.
n. 163, jul. 1981c.
n. 150, jul. 1980.
n. 138, jul. 1979.
n. 127, ago. 1978a.
n. 125, jun. 1978b.
n. 115, ago. 1977.
n. 103, ago. 1976a.
n. 96, jan. 1976b.
n. 93, out. 1975a.
n. 91, ago. 1975b.
n. 80, set. 1974a.
n. 75, abr. 1974b.
n. 68, set. 1973.
n. 57, out. 1972a.
n. 52, maio 1972b.
n. 39, abr. 1971.
n. 31, ago. 1970a.
n. 30, jul. 1970b.
n. 25, fev. 1970c.
OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.
Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Zero à esquerda).
OS PASSOS de um grande empreiteiro. Revista Exame, jul. 1973.
PAULA, Dilma Andrade de. Fim de linha: a extinção de ramais da estrada de ferro Leopoldina, 1955-

1974. 2000. 344f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História,

Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

- PEREIRA, Renée. Mendes Júnior tenta sobreviver à Lava Jato. *Estadão*, 28 ago. 2016. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mendes-junior-tenta-sobreviver-a-lava-jato. Acesso em: 10 abr. 2017.
- RAUTENBERG, Edina. A Revista Veja e as empresas da construção civil (1968/1978). 2011. 408f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Marechal Rondon-PR, 2011.
- SCHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro*: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati. São Paulo: Global, 1981.

Texto recebido em 26 de novembro de 2018. Aprovado em 23 de maio de 2019.